



Antonio Carlos Magalhães: "Se eles fizessem isso em outros locais, tudo bem, mas só na Bahia?"

ACM instiga baianos a reagir contra as demissões no Excel

Senador, que ajudou instituição a absorver Econômico, disse que fechou sua conta em protesto

ROSA COSTA

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), estimulou ontem os baianos a reagir contra a decisão do Banco Excel Econômico de fechar agências e demitir funcionários no Estado. Ele disse que não sabe como deve ser essa reação, mas afirmou que não vai mais operar com o banco porque fechou sua conta. "Não tenho mais nenhum tostão lá, nenhum centavo." Para ACM, o procedimento da instituição "é uma traição aos interesses baianos; até porque foi a Bahia quem salvou o Excel de São Paulo."

Antônio Carlos encabeçou o movimento que impediu o Banco Central de liquidar o Banco Econômi-

co, acusado de várias irregularidades. Ele aproveitou a força política que possui no Congresso para convencer o governo a facilitar o acordo com o Excel, com recursos do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). O Excel, em troca, prometeu manter os empregos na Bahia. Antônio Carlos, na ocasião, incentivou os baianos a investirem na instituição. Ele chegou a comparecer a uma agência para depositar dinheiro na poupança.

O Excel já demitiu cerca de 200 funcionários e fechou 35 agências na Bahia. O banco deve fazer mais demissões para atingir a meta de cortar 10% das despesas com pessoal. O senador disse que comprehende a necessidade de o banco fazer um enxuga-

mento, mas não aceita o fato de o ajuste se concentrar na Bahia. "Acho que é uma traição", reiterou. "Não é um caso de remorso, mas sim de reação; se eles fizessem isso em outros locais, tudo bem", disse. "Mas só na Bahia?", questionou.

Ele disse que as demissões não estariam ocorrendo se o Congresso já tivesse votado sua proposta de emenda à Constituição, que obriga as instituições beneficiadas pelo Proer a conceder estabilidade durante anos a seus funcionários, a partir da data de aprovação da solicitação

dos recursos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O senador queixou-se pelo fato de a proposta não ter sido incluída na pauta da convocação extraordinária. O texto não foi considerado prioridade nas votações do Congresso.